

A QUESTÃO DA SALUBRIDADE EM NATAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NA ÓTICA DOS PERIÓDICOS A REPUBLICA E DIÁRIO DO NATAL

Gabriela Fernandes de Siqueira*

RESUMO: A modernização de Natal não incluiu apenas mudanças materiais. Esse processo também implicou em transformações sociais e de percepção. Era preciso modificar os costumes, transformar cheiros e sentidos. O objetivo deste artigo é analisar como os periódicos de maior circulação em Natal no início do século XX, o jornal oficial *A República* e o jornal oposicionista *Diário do Natal*, representaram a atuação do governo estadual e da municipalidade frente às questões de salubridade pública. Sendo assim, ao longo do texto serão discutidos aspectos da modernização de Natal no que tange a salubridade urbana por meio da atuação da Inspetoria de Higiene e da Intendência de Natal, demonstrando como esse processo foi limitado e conviveu com várias continuidades. Para tanto, serão utilizados como fontes os periódicos citados, mensagens de governadores, leis e decretos municipais e estaduais.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização; Jornais; Governo; Inspetoria de Higiene.

The public hygiene issue in the city of Natal in the first decades of the Twentieth Century from the perspective of the journals *A República* e *Diário do Natal*

ABSTRACT: The modernization of City of Natal did not include only material changes. This process also implied in social transformations and perceptions. It was necessary modify habits, transform smells and senses. The objective of this article is to analyze how the journals of wide circulation in Natal in the early twentieth century: *A República*, the official newspaper and *Diário do Natal*, the opposition newspaper, represented the intervention of the state government and the municipality, respectively, in the face of public hygiene issues. As such, throughout the text will be discuss aspects of the modernization of the city of Natal in relation to urban hygiene through the performance of the Prosecution of Hygiene and the city of Natal stewardship, demonstrating how this process was limited and has perpetuated. For this purpose, will be used as sources the cited journals, messages from governos and municipal and state statutes and edicts.

KEYWORDS: Modernization; Newspapers; Government; Prosecution of Hygiene.

La cuestión de salubridad en Natal en las primeras décadas del siglo XX bajo la óptica de los periódicos *A Republica* y *Diario de Natal*

RESUMEN: La modernización de Natal no se limita solamente a los cambios materiales. Dicho proceso también se relacionó con transformaciones sociales y de percepción. Era necesario cambiar las costumbres, transformar olores y sentidos. El objetivo de este artículo es analizar como los periódicos de mayor circulación en Natal en el inicio del siglo XX, el oficial *A Republica* y el oposicionista *Diário de Natal*, representaron la actuación del gobierno estatal y de la municipalidad frente a las cuestiones de salubridad pública. Luego, a lo largo del texto se discuten aspectos de la modernización de Natal en lo que toca la higiene urbana por medio de la actuación de la Inspectoría de Higiene y de la Intendencia de natal, demostrando como ese proceso fue limitado y convivió con varias continuidades. Para esa finalidad, serán utilizados como fuentes los periódicos citados, mensajes de gobernantes, leyes y decretos municipales y estatales.

PALABRAS CLAVE: Modernización; Periódicos; Gobierno; Inspectoría de Higiene.

* Gabriela Fernandes de Siqueira é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará, e professora de História do (IFRN). Contato: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Currais Novos, CEP: 59380-000, Currais Novos - RN, Brasil. E-mail: gabiferlande_s@hotmail.com.

Natal, nas primeiras décadas do século XX, passou por uma transformação material e social. O processo de modernização de outras capitais também influenciava o natalense, sobretudo o que estava ocorrendo na então capital federal, Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, durante a administração do prefeito e engenheiro Pereira Passos. Nesse período, o Rio de Janeiro foi remodelado, construiu-se a Avenida Central envolta por prédios em estilo eclético, com fachadas de inspiração cosmopolita. O objetivo era transformar “a velha cidade colonial” em uma capital moderna, higienizada, com uma cultura cosmopolita com forte inspiração em Paris¹. Novos espaços foram criados e, com eles, novos modelos de comportamento foram difundidos. Essas reformas também resultaram em segregação espacial. Prédios antigos da região central da cidade foram demolidos e, nesse processo conhecido como “bota abaixo”, a população pobre foi realocada em espaços sem infraestrutura, constituindo as primeiras favelas da cidade². Esse processo é capaz de indicar como a remodelação urbana, a construção de novos espaços e de novos hábitos não atingia de modo semelhante todas as camadas sociais, demonstrando ainda como o cotidiano urbano é composto por diversas camadas de tempo³.

De acordo com Nicolau Sevcenko, a então capital federal ditava não apenas novas modas e comportamentos, também imprimindo um sistema de valores, um modo de vida, uma sensibilidade e um estado de espírito que apresentavam a modernidade enquanto uma experiência existencial e íntima⁴. Para o referido autor, a apreensão da modernização dava-se com base em três elementos centrais: a percepção individualista, o contato com as novas tecnologias, como o bonde e a eletricidade, e as referências advindas das metrópoles europeias e ianques.

Os valores modernos também alcançaram a capital norte-rio-grandense fosse por meio de propagandas nos principais periódicos da cidade, via produtos que chegavam dos navios ancorados no porto, através dos nomes das lojas da capital, via transcrição de matérias que circulavam em jornais de outras capitais do país ou por meio de livros de literatura e revistas francesas e ianques. Existia um processo de circulação. Livros, produtos e matérias criavam desejos de mudança, sobretudo nos grupos que possuíam melhores condições financeiras e estavam ligados ao poder político. Os filhos desses grupos dominantes viajavam para a Europa e para outras capitais do país, alguns foram estudar Direito no Recife, outros fixaram moradia no Rio de Janeiro e, nessas ocasiões, entravam em contato com o processo de remodelação urbana que as demais capitais estavam vivenciando⁵.

O jornal *A Republica* divulgava constantemente matérias informando a partida para a então capital federal de indivíduos ligados aos grupos que administravam o poder. Em julho de 1905, por exemplo, foi anunciado que Henrique Castriciano se dirigia ao Rio para “continuar seus estudos de direito”⁶. Henrique Castriciano era nome influente na cidade, desde os seus 17 anos foi convidado a participar do jornal *A Republica* como escritor, jornal no qual foram publicadas várias de suas crônicas sobre o processo de modernização de Natal. Castriciano também foi secretário de governo entre 1900 e 1910, e ocupou o cargo de vice-governador de 1915 a 1924⁷. Em junho de 1906, Afonso Pena, então presidente, fez uma visita à capital norte-rio-grandense. O *A Republica* deu destaque especial a esse episódio, publicando uma matéria do jornal carioca *A Tribuna*, que enviou um representante para acompanhar a visita do presidente. O repórter do periódico carioca ressaltou o “espírito de reforma material” que atingiu a capital do Rio Grande do Norte⁸. Essa matéria indica o esforço local de tentar aproximar as transformações que estavam acontecendo em Natal com as que marcaram a remodelação da capital federal. A circulação de informações e pessoas influenciou os administradores que colocaram em prática o processo de modernização da capital do Rio Grande do Norte.

Apesar desse processo de transformação das condições de infraestrutura de Natal, autores como Raimundo Arrais destacaram que, no início do século XX, a condição de isolamento da cidade em relação aos demais municípios do estado ainda era uma preocupação da administração estadual⁹. Segundo Arrais, a situação topográfica da capital, isolada ao sul por uma cadeia de dunas, atrás das quais existiam tabuleiros arenosos e incultos, intercalados por alguns vales férteis ao longo dos rios, ainda preocupava os grupos que dominavam o poder local. Para esses grupos, a ação humana sobre a natureza era fundamental para transformar a condição da capital, dotá-la de melhoramentos que pudessem garantir sua posição de prestígio. A criação de serviços e estruturas materiais teria também uma função pedagógica sobre os moradores, influenciando na mudança de costumes; “para os reformadores, parecia imperioso afastar-se do estado de natureza a que estava reduzida a modesta capital”¹⁰.

Os esforços para dar prosseguimento à remodelação de Natal, seja por meio da redefinição do traçado urbano, com abertura de avenidas, construção de novos bairros ou pela criação e expansão dos serviços e dos equipamentos urbanos, seja regularizando atividades como a cobrança de impostos, a fiscalização do cumprimento de resoluções, a criação de medidas sanitárias, entre outros mecanismos, são frequentes ao longo do início do século XX.

Nesse período, a ideia de novidade era uma constante em Natal, o adjetivo “novo” foi utilizado para caracterizar lugares, mercadorias e técnicas¹¹. Em 1901, tem-se a criação de um bairro que carregava o adjetivo “novo” em sua denominação, *Cidade Nova*; os equipamentos urbanos e reformas implementadas eram caracterizadas como novas, como fazendo parte de uma “era nova”, conforme ressaltado no relatório do presidente da Intendência divulgado em 1905¹²; várias lojas na capital também carregavam em seus nomes o adjetivo “novo”, como a loja de “fazendas, miudezas e artigos”¹³ *O Novo Mundo* e o estabelecimento *O Novo Progresso*, que comercializava cintos e espartilhos¹⁴. Além da palavra “novo”, as palavras “civilização” e “progresso” também foram empregadas para designar ou caracterizar as mudanças que a cidade sofria.

Os grupos dirigentes ressaltavam a necessidade de transformar a capital, e, para dar prosseguimento a essa transformação, a ação da Inspetoria de Higiene Pública seria fundamental. Esse órgão foi criado no governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, em 1892, por meio da Lei n.14 de 11 de junho do referido ano¹⁵. Tratava-se de um órgão estadual com sede em Natal, criado em um contexto de epidemias no estado e de altos índices de mortalidade¹⁶. A Inspetoria deveria ser dirigida por um inspetor (graduado em Medicina), um médico ajudante, um amanuense-secretário, um contínuo-correio e 36 delegados de higiene¹⁷.

Vale ressaltar que, nesse período, as teorias médicas voltadas para explicar as formas de transmissão das doenças baseavam-se em dois modelos principais: o infeccionista e o contagionista. Para os adeptos da teoria do contágio, as doenças eram causadas pela existência de um veneno particular, que se reproduzia no doente e espalhava-se pela população¹⁸. Os que defendiam o paradigma infeccionista, acreditavam que a água e o ar eram veículos mórbidos, que portavam emanações fétidas e pútridas, denominadas miasmas, transmitindo doenças. Sendo assim, a inalação dos miasmas poderia gerar uma quebra no equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e, assim, gerando doenças¹⁹. Os que seguiam a teoria do contágio defendiam que o isolamento dos doentes em hospitais localizados fora da área central da cidade era a principal forma de evitar a propagação de doenças. Já os “infeccionistas”, ressaltavam que para impedir a propagação de doenças era fundamental empregar medidas saneadoras no meio urbano, visando eliminar as condições que geravam miasmas nas cidades e favorecendo o movimento, que era dotado de um poder purificador²⁰.

A teoria miasmática foi contestada com a difusão da teoria microbiana de Pasteur, a partir de 1870, segundo a qual a propagação das doenças ocorria por via invisível e suas

causas poderiam ser identificadas de forma mais precisa a partir do micróbio, que deveria ser observado por meio de instrumentos apropriados²¹. A teoria miasmática, embora fragilizada com a descoberta da teoria microbiana, ainda influenciava essas intervenções urbanas no século XX, conforme será demonstrado nas matérias publicadas no jornal *A Republica*. Para Rodrigo Silva, todas essas teorias foram apropriadas pelo Estado republicano no processo de reforma do ambiente urbano, que foi guiado pela tentativa de dotar o espaço citadino de uma “civilidade à moda europeia”²². As estratégias voltadas para uma “medicalização da cidade”, com a criação de condições que propiciassem “a circulação dos fluidos, a formação de personalidades sadias e de uma nação próspera e civilizada”²³ persistiram.

Richard Sennet também ressaltou como os discursos médicos interferiram no planejamento urbano ao longo do tempo. De acordo com o autor, as pesquisas de William Harvey, a partir de 1628, inauguraram uma revolução científica que mudou a compreensão do corpo humano, agora entendido com base na circulação sanguínea. Harvey constatou que o coração bombeava o sangue por meio das artérias do corpo, recebendo o sangue das veias. Essa nova compreensão do funcionamento do corpo emergiu em um momento de triunfo do individualismo, como consequência do desenvolvimento do capitalismo moderno. Sennet destacou como a revolução de Harvey impulsionou mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Os planos passaram a dar ênfase ao que impulsionasse a liberdade de trânsito e de pessoas, pensando ruas e avenidas para que transportassem os habitantes como artérias e veias contínuas. Aos poucos, hábitos de higiene que facilitavam a circulação foram sendo adotados nos centros urbanos. Assim, Sennet destacou que o desejo de facilitar as funções de respiração e circulação modificou a organização das cidades e os hábitos e métodos de asseio pessoal²⁴.

Essas estratégias de “medicalização da cidade” influenciavam os sujeitos que participavam dos órgãos responsáveis por gerir a saúde pública. Considerava-se que a propagação de enfermidades ocorria em ambientes inadequados, sujos e insalubres²⁵. Todos os lugares que acumulassem detritos, dejetos e materiais eram considerados fontes de doenças. De acordo com essas teorias, para impedir a propagação de doenças era preciso intervir na cidade, dotá-la da infraestrutura básica, com leis que disciplinassem a construção de habitações, de fábricas e de edificações públicas, como cemitérios, praças, hospitais²⁶. As habitações, as prisões, as fábricas, as escolas, as cidades deveriam ser ambientes ventilados, facilitando a livre circulação do ar.

Para auxiliar na elaboração e fiscalização dessas leis de disciplinamento e higienização dos espaços, fazia-se necessário a criação de órgãos especializados para realizar as reformas das cidades, suas manutenções e reparos²⁷. Foi nesse contexto que se deu a criação da Inspetoria de Higiene Pública no Rio Grande do Norte. A Inspetoria deveria, entre outras várias funções²⁸, fiscalizar o saneamento das localidades e das habitações, e fazer inspeção nas escolas, repartições públicas, empresas, prisões, asilos e em habitações coletivas, públicas ou particulares²⁹. O objetivo deste artigo é analisar como os periódicos de maior circulação em Natal no início do século XX, o jornal oficial *A República* e o jornal oposicionista *Diário do Natal*, representaram a atuação do governo estadual e da municipalidade frente às questões de salubridade pública. Sendo assim, ao longo do texto serão discutidos aspectos do processo de modernização de Natal no que tange a salubridade urbana por meio da atuação da Inspetoria de Higiene e da Intendência de Natal, demonstrando como esse processo foi limitado e conviveu com várias continuidades. Para tanto, serão utilizados como fontes os referidos periódicos, relatórios de intendentes, mensagens de governadores, leis e decretos municipais e estaduais.

A ação da Inspetoria de Higiene em Natal

Nas mensagens anuais dos governadores, a importância da Inspetoria de Higiene, criada no governo de Pedro Velho, que era médico de formação, era sempre ressaltada. O processo de transformação da capital deveria também servir ao propósito de tornar Natal uma cidade salubre, saneada, saudável. Conforme ressaltou Manoel Segundo Wanderley, inspetor de higiene interino, em seu relatório apresentando como anexo da mensagem do então governador Joaquim Ferreira Chaves em 1896, o trabalho da Inspetoria, sobretudo na ação de prevenção de epidemias era difícil, uma vez que a capital ressentia-se de uma estrutura urbana que facilitasse a ação do referido órgão. Segundo Wanderley, a cidade possuía um calçamento irregular e um sistema de esgoto inapropriado “onde a maioria dos quintaes é feita de faxina e as cloacas abertas na superfície do solo, inconvenientes estes que, adicionados a uma certa dose de ignorância [...] de grande parte da população”³⁰ era capaz de expor a cidade ao que o então governador denominava de frequentes “desastres mórbidos”.

Em sua mensagem de governo no ano de 1901, Alberto Maranhão destacou a importância de fomentar serviços que cuidassem da higiene pública. Segundo o governador, reformas e melhoramentos seriam fundamentais para o que denominou de “adiantamento moral” e “progresso material” local³¹. Contudo, reconhecia que os serviços da higiene pública

estavam “a reclamar medidas que os ampare no definhamento em que se arrastam”³², principalmente em virtude das limitações do orçamento público. O relatório de Wanderley e a mensagem de Alberto Maranhão indicam como o poder estadual reconhecia as limitações da estrutura da capital e a atuação pouco expressiva da Inspetoria frente aos obstáculos citados, bem como a importância de modificar esse quadro, já que, segundo o discurso do período, a higiene era fundamental nesse processo de remodelação das cidades. Não bastava apenas o progresso material, este deveria ser acompanhado de uma mudança de hábitos, de um “adiantamento moral”, como ressaltou Alberto Maranhão.

A mensagem e o relatório também indicam como a criação e regulamentação da Inspetoria marcou uma nova maneira de pensar a administração da saúde pública no estado. De acordo com Alves, a autonomia da Inspetoria para elaborar planos específicos que visassem solucionar problemas sanitários, e o estabelecimento de campanhas de vacinação, o levantamento de enfermidades, óbitos, divulgação dos casos e a atuação junto à secretaria de polícia na realização de perícias e exames médicos legais, significou a instalação de um novo modelo de administrar a saúde pública, afastando-se do caráter emergencial e paliativo que caracterizou o tratamento público das questões de saúde ao longo do século XIX, e aproximando-se de um modelo mais voltado à prevenção³³. Contudo, conforme destacou Câmara Cascudo, e com base na atuação da Inspetoria que será discutida neste texto, é possível constatar que o referido órgão ainda centrava mais esforços na função assistencial do que na de prevenção³⁴.

Foi possível encontrar nas páginas do jornal *A Republica*, órgão oficial do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, várias matérias anunciando as ações da Inspetoria. Esse periódico foi fundado em 1889 por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e era responsável por publicar os atos oficiais do estado e do município. Em 07 de maio de 1901, o *A Republica* publicou um edital informando que nenhum prédio de aluguel poderia ser habitado sem a visita sanitária da Inspetoria de Higiene. O edital concedia prazo de três dias para que os proprietários informassem ao órgão estadual a necessidade das visitas³⁵. Ainda em maio do mesmo ano, a Inspetoria de Higiene publicou outro edital, dessa vez convocando os inquilinos residentes na capital a fazerem reclamações ou indicarem por escrito os dados (ruas e números) das habitações que não estivessem em acordo com os preceitos higiênicos³⁶.

Possivelmente, a estratégia de solicitar aos proprietários dos imóveis destinados ao aluguel que procurassem diretamente a Inspetoria não deve ter obtido o efeito esperado e, diante do reduzido número de procura, os membros da Inspetoria podem ter optado pela

estratégia de convocar os inquilinos que não estivessem satisfeitos com as condições dos imóveis alugados, prerrogativa que deveria ser atendida com o edital de maio de 1901. Já em edital publicado em 1908, a Inspetoria ressaltava que, durante as visitas domiciliares, seria verificado se os problemas existentes nas habitações foram causados pelos inquilinos ou pelos proprietários, cabendo aos responsáveis as providências devidas. Caso as determinações não fossem cumpridas, seria estabelecida multa que poderia variar entre 20.000 a 50.000 réis³⁷.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, é possível observar no jornal *A Republica* a publicação de vários editais da Inspetoria de Higiene Pública solicitando aos moradores que cuidassem do asseio de suas residências e de seus respectivos quintais. Dava-se um prazo determinado para que os reparos fossem efetivados. Após esse prazo, a Inspetoria realizaria a fiscalização sanitária³⁸. Em 1904, a Inspetoria publicou um edital determinando que nenhum prédio público ou particular poderia ser construído sem que seu plano fosse submetido ao exame do referido órgão. À Inspetoria caberia indicar as alterações que fossem necessárias para atender ao que denominavam de “bem da saúde pública”³⁹. Caso o proprietário não cumprisse essas determinações, as construções seriam suspensas e demolidas.

Os serviços de abastecimento de água, iluminação, asseio, higiene e salubridade públicas eram atribuições da Intendência Municipal⁴⁰, que firmava contrato com determinadas empresas para a regularização de tais atividades⁴¹. Apesar da parceria com o setor privado, uma das atribuições dos fiscais da Intendência era a fiscalização desses serviços. Mesmo a partir do ano de 1910, quando os serviços de limpeza pública, esgoto, tração, abastecimento de água e iluminação ficaram a cargo do governo estadual, conforme destacado na Lei n. 291 de 24 de novembro de 1910⁴², a atribuição dos fiscais da Intendência de zelarem pelo cumprimento adequado das atividades listadas era mantida, uma vez que a Intendência também auxiliava o custeio da limpeza pública e dos demais serviços que passaram à responsabilidade do estado em 1910⁴³. Todavia, desde a sua criação, a Inspetoria de Higiene, órgão estadual, também possuía como uma de suas funções a fiscalização do saneamento das localidades e das habitações (públicas e privadas), conforme pode ser atestado pelo conteúdo de seus editais publicados.

O fato é que, como ressaltou Giovana Paiva⁴⁴ e Renato Santos⁴⁵, ao longo do século XX a interferência do poder estadual no âmbito municipal era expressiva, a ponto de ser difícil distinguir totalmente quando uma determinada ação era atribuição da Intendência ou da Inspetoria de Higiene, órgão estadual. As próprias leis ajudavam a perpetuar essas

imprecisões em relação a determinadas atribuições. Assim, em muitos casos era difícil saber de que instância as iniciativas e os recursos para as intervenções públicas eram provenientes.

Essa falta de definição a respeito da responsabilidade pela fiscalização de determinados serviços, fazia com que a população solicitasse a atenção dos inspetores da Inspetoria de Higiene para solucionar problemas que envolviam a questão da salubridade nas regiões próximas de suas residências. Em 11 de maio de 1900, moradores da Rua Junqueira Ayres, no bairro Cidade Alta, solicitavam ações da polícia e da Inspetoria de Higiene “contra a indecência e a imoralidade de converter-se em latrina os alicerces existentes ao lado da casa do finado coronel Antônio Alves, quase em frente à Escola de Aprendizes”⁴⁶. Os moradores ressaltavam que, além de ser uma “ofensa constante à moral e aos bons costumes”, a situação da latrina improvisada na referida rua era uma constante ameaça à saúde pública⁴⁷.

Em 05 de junho do mesmo ano, moradores da Rua da Aurora, no bairro da Ribeira, escreveram para o jornal oficial do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte denunciando a existência de quintais abertos que também serviam de latrina, propiciando um “triste espectáculo para as pessoas que constantemente por ali passam”⁴⁸. Diante da descrição da situação enfrentada na Rua da Aurora, os moradores solicitaram ao “ilustre Inspector de Higiene publica ou ao activo e zeloso fiscal major Raymundo Filgueira”⁴⁹ providências para remover o lixo e obrigar os proprietários a fecharem seus quintais. Várias reclamações faziam ainda referência à falta de regularidade no serviço de recolhimento do lixo, como a matéria de 20 de junho de 1900, ressaltando que a carroça do lixo não passava na Rua dos Tocos há mais de oito dias⁵⁰.

Em janeiro de 1901, os moradores escreveram para o periódico *A Republica* denunciando a péssima qualidade da água fornecida pela empresa contratada pela municipalidade, e solicitando ao Inspetor que providenciasse o competente exame da mesma⁵¹. Em maio de 1901, a reclamação publicada fez referência a um sobrado, nas proximidades da Igreja Matriz, local apontado na matéria como possivelmente o “prédio mais imundo d’esta terra”⁵², com possibilidade de desabar. Essa matéria é capaz de revelar como, no início do século XX, a capital que se pretendia moderna ainda enfrentava sérios problemas no tocante à salubridade pública, com um prédio abandonado na área central da cidade em situação que obrigava a população que por ali transitasse a “levar o lenço ao nariz, tal é o fétido de urina e outras imundícies que constantemente exhala aquelle fóco de infecção”⁵³. Para sanar o problema, pedia-se a atuação da Inspetoria de Higiene para limpar o prédio em questão.

Esses exemplos reforçam a imprecisão de atribuições mencionadas acima: em situações como essas, era legítimo requisitar a atuação da Inspetoria ou a ação direta do fiscal da Intendência? A ideia de “medicalização da cidade” também pode ser observada nessas notas publicadas na imprensa. Os moradores que escreviam ao jornal *A Republica* na esperança de solucionarem determinados problemas de salubridade em suas ruas, sempre destacavam que a situação de acúmulo de lixo poderia contribuir para gerar doenças, sendo necessário, pois, intervir na cidade, o que pode sugerir que esses indivíduos já tinham internalizado as premissas do discurso médico referentes à salubridade.

Além dos inspetores e dos fiscais da Intendência, a limpeza pública foi realizada, em determinados momentos, pelas autoridades policiais. Em junho de 1900, por exemplo, o *A Republica* publicou uma nota elogiando a ação do subdelegado de polícia Anacleto Ferreira, por estar promovendo, por meio de “deliberação voluntária”⁵⁴, a remoção do lixo amontoado nos becos e quintais da Ribeira. Ainda em junho de 1900, o então governador do estado, Alberto Maranhão, reconhecia que o serviço de limpeza pública não estava sendo realizado adequadamente. Diante dessa situação, o governador ordenou às autoridades policiais dos bairros Ribeira e Cidade Alta que “fizessem executar, com urgência, por trabalhadores pagos pelo Estado e por eles fiscalizados, o serviço de incineração do lixo e desinfecção de latrinas, deixando à Intendencia o encargo, não menos urgente, da matança dos ratos”⁵⁵. A interferência das autoridades policiais nos serviços de limpeza urbana ocorreu também em abril de 1901, quando o governador autorizou o auxílio da corporação no serviço de incineração do lixo⁵⁶.

Os periódicos natalenses no processo de fiscalização e denúncia de problemas de salubridade pública

Reclamações sobre os serviços de abastecimento de água e limpeza pública continuaram ao longo de toda a década de 1900 e 1910. Em janeiro de 1902, moradores da Rua Visconde do Rio Branco, no bairro Cidade Alta, reclamaram da ausência da carroça da limpeza pública pela região. Na mesma publicação, os natalenses ainda denunciaram a existência de lixo amontoado na ladeira do Paço da Pátria e solicitaram a varredura da Rua Correia Telles, no bairro da Ribeira⁵⁷. As críticas também se dirigiam ao contratante do serviço de limpeza, Joaquim Lustosa, que, segundo os natalenses que escreviam para o *A Republica*, não tinha nem “o bom senso e a finura de limpar as ruas em tempos de festas, e procissões para não ser testemunhada a imundície pela maioria da nossa população”⁵⁸. Em

outubro de 1903, moradores das imediações da Praça André de Albuquerque, na Cidade Alta, denunciaram o fato de haver na praça constantemente animais mortos em estado de putrefação, situação “altamente prejudicial a Hygiene e salubridade publicas”⁵⁹, solicitava-se, assim, a atuação da Inspetoria.

Outras publicações do *A Republica* chamavam a atenção diretamente do fiscal da Intendência, como a de outubro de 1906, que destacava a existência de um “grande pântano”⁶⁰ na Travessa do Bom Jesus, na Ribeira, local utilizado pelos vizinhos para o depósito das “maiores imundícies”⁶¹, necessitando da visita do fiscal. Em julho de 1907, o fiscal da Intendência era chamado a verificar uma pensão existente na Rua do Comércio, pois, segundo a denúncia, os hospedes tinham o hábito de jogar na rua cascas de bananas, laranjas e outros “ingredientes fétidos”⁶². Mais do que a possibilidade de gerar doenças, o acúmulo de lixo e a formação de pântanos também permitia a propagação de “odores fétidos”, como apontaram algumas matérias.

A modernização da cidade não implicava apenas a transformação de estruturas materiais, prédios, praças, ruas, e a modificação de costumes. Esse processo também deveria incluir a transformação dos cheiros, dos sentidos. Como destacou Alain Corbin, o processo de modernização foi acompanhado de uma revolução perceptiva. O autor destacou que, desde meados do século XVIII, alguns odores que antes não eram perceptíveis, se tornaram incômodos, repugnantes, e passaram a ser associados às doenças⁶³. Nesse sentido, os odores que emanavam do lixo e de excrementos acumulados nas ruas e nas habitações passaram a ser condenados. Corbin associou essa revolução olfativa com as práticas sanitárias e de urbanistas, preocupados com a ideia de ampliar os espaços, evitar as aglomerações e propiciar a livre circulação dos ares. O autor também observou como essa preocupação com a desodorização atingiu a população e também refletiu as diferenças hierárquicas, uma vez que se acentuaram os processos de “desenlamear, de ‘desenfedorixar’ os miseráveis”⁶⁴. E mesmo com essa política de desodorização, o autor verificou a persistência de “surdas resistências, antigos esquemas de percepção e de apreciação” e que mantinham a “nostalgia das livres manifestações orgânicas”⁶⁵.

A Natal moderna não deveria obrigar aos que caminhassem pelos becos e avenidas a levar o lenço ao nariz ou a arriscar-se a ser atingido por cascas de frutas. A modernização da cidade perpassava também a transformação dos ares. Em outubro de 1907, por exemplo, moradores escreveram ao *A Republica* solicitando ao fiscal da Intendência a visita a um armazém da Ribeira que estava vendendo uma “partida de feijão completamente pôdre,

exalando naquelas imediações um cheiro nada parecido com o moderno perfume das *fleurs de amour*⁶⁶. A reforma dos cheiros também fazia parte do processo de transformação da capital. A fiscalização deveria atingir os odores, os sentidos, os alimentos e os comportamentos⁶⁷.

As denúncias sobre problemas nos serviços de limpeza pública persistiram. Em março de 1908, ressaltou-se que a carroça do lixo não passava por várias ruas da capital há mais de 15 dias, obrigando a população a despejar lixo nas ruas⁶⁸. Em maio de 1909, um morador da Rua Padre Pinto, na Cidade Alta, utilizando um tom sarcástico, felicitava os vizinhos por finalmente se verem livres de “grande quantidade de lixo que há um anno existia na referida rua, outrora talvez a mais celebre da capital, conforme affirmam os antigos”⁶⁹.

O jornal *A Republica* também publicava justificativas dos contratantes dos serviços alvos de reclamações, dos fiscais da Intendência e dos inspetores da Inspetoria de Higiene a respeito dos serviços que envolviam a higiene pública. O periódico ainda emitia notas parabenizando a atuação dos contratantes, da Intendência ou da Inspetoria quando as solicitações presentes nas reclamações publicadas eram atendidas. Em janeiro de 1902, por exemplo, tem-se uma nota destacando que o contratante da limpeza pública, Joaquim Lustosa, esteve no escritório do jornal para informar que o serviço de limpeza da capital ainda não tinha sido concluído devido à grande quantidade de lixo amontoado pelas ruas, praças e becos do bairro, mas que o trabalho em breve seria finalizado⁷⁰. Em abril do mesmo ano, o jornal noticiou que o então governador Alberto Maranhão, acompanhado pelo presidente da Intendência de Natal, percorreu as ruas da cidade examinando e fiscalizando os trabalhos relacionados à limpeza pública⁷¹. De fato, no ano de 1902 é possível encontrar notas sobre o problema do acúmulo do lixo nas ruas da capital ou informando alguma medida para contornar os problemas relacionados à salubridade quase que diariamente.

Essas e várias outras matérias indicam como a questão da salubridade era um problema na capital norte-rio-grandense no início do século XX⁷². O expressivo número de matérias com esse intuito pode sugerir que o periódico oficial do governo também tinha a pretensão de ser uma espécie de “porta voz” das aspirações da população natalense, contribuindo para ser um veículo que intermediaria essa relação entre população e governo. Esse elevado número de queixas também pode destacar, como elencado anteriormente, que os discursos a respeito da salubridade já tinham sido internalizados por esses natalenses, bem como anunciar a propagação dessas novas sensibilidades que a modernização acentuava, sobretudo a olfativa. Não mais seriam tolerados os odores fétidos emanados dos lixos acumulados nas ruas, da urina nos muros das habitações, das cascas de frutos jogadas nas

ruas, entre outros aspectos. Essas queixas publicadas nos periódicos locais também sugerem que parte da população da cidade passava ao largo dessa preocupação instituída pelo discurso sanitário, e continuava com costumes que eram considerados impróprios para espaços civilizados e modernos.

A população que escrevia para os periódicos passava a desempenhar um papel de vigilância, tentando amenizar as consequências de uma possível epidemia, já que, desde 1893 quando a Inspetoria foi criada, a cidade já tinha enfrentado epidemias de bexiga, tuberculose e varíola⁷³. Além disso, em 1902, a capital de Pernambuco, estado próximo, enfrentava um surto de peste bubônica⁷⁴, o que obrigava, segundo determinações da Inspetoria de Higiene, que passageiros vindos de Recife para a capital permanecessem oito dias em observação sanitária⁷⁵. Possivelmente, o reduzido número de fiscais da Intendência, o crescimento da cidade, que passava, desde 1901, a possuir mais um bairro urbano, a Cidade Nova, e a ausência de determinados equipamentos (como uma rede de esgoto e de captação de água), poderiam dificultar ainda mais a coleta de lixo e entulhos, que era realizada apenas com o uso de carroças puxadas por animais.

Esse esforço do periódico *A Republica*, atuando como um elo entre população e governo, e auxiliando nas demandas de salubridade pública, pode ser observado na matéria *Limpeza publica*, veiculada em abril de 1902. Os redatores do jornal informavam que, visando “auxiliar as autoridades sanitarias e o encarregado da limpeza publica para ver si consegue desembaraçar esta capital dos montões de lixo que ameaçam a salubridade publica”⁷⁶, tinham destinado dois ativos repórteres para investigar e elaborar um inquérito a respeito dos problemas de limpeza da capital. A referida matéria elencou os principais pontos que resultaram da investigação realizada no mesmo dia da publicação do texto.

Entre os problemas ressaltados, estava o amontado de lixo existente nas imediações da Caixa de água, entulhos na Rua do Sarmento, entulhos na Rua 21 de Julho, nas proximidades da casa de Miguel Barra, incluído “até galinhas mortas”⁷⁷, lixo na Rua do Meio, lixo e “lama podre” nos fundos da casa de Themoteo do Nascimento, também na Rua 21 de Julho, lixo no beco que vai da casa de Joaquim Monteiro Filho ao estabelecimento de Caetano Solsona, entre a Rua da Palha e a Rua Nova, entre outros problemas. Observa-se como os redatores do jornal eram detalhistas, informando os nomes dos moradores, o que pode indicar como a capital, em 1902, era uma cidade de dimensões modestas, onde provavelmente as pessoas tinham os nomes dos indivíduos como indicações, como referências para identificar as ruas

citadas no texto. Essa indicação também pode sugerir, como ressaltou Sandra Pesavento, a existência de um mecanismo de controle social sobre as pessoas⁷⁸.

Os fiscais da Intendência também utilizavam o jornal oficial para solicitar a colaboração da população no tocante à limpeza pública, visando difundir o ideal sanitarista em voga pela administração local. Em fevereiro de 1906, o fiscal Raymundo Filgueira e Silva lembrava à população a necessidade de cumprir o artigo 49 da Resolução n.92, que determinava a necessidade da população depositar diariamente, pela manhã, nas portas ou portões dos prédios de suas residências, o lixo, que deveria ser conduzido pelas carroças de limpeza pública, “evitando o abuso de lança-lo nas ruas e praças desta cidade”⁷⁹. O fiscal aproveitava ainda para mencionar que bananeiras, mamoeiros, restos de estribarias e outras árvores, constantemente arremessadas às ruas da capital, não eram consideradas lixo⁸⁰. Essa prerrogativa também foi reforçada pelo contratante da limpeza pública em 1907, quando mencionou que o seu contrato com a municipalidade era para “retirar das casas o lixo e nada mais”⁸¹. Existia uma tentativa dos responsáveis pela limpeza pública em diferenciar o que era atribuição do serviço público e o que deveria ser de responsabilidade da iniciativa individual. Em 1914, a Inspetoria publicou uma nota no jornal oficial informando que tinha recebido várias denúncias destacando a falta de asseio em habitações na Rua do Comércio, na Ribeira. Os inspetores solicitaram que os proprietários instalassem aparelhos sanitários nos quintais de suas casas, evitando que a fiscalização da Inspetoria “vá as habitações se certificar da veracidade dessas denúncias”⁸².

Os inspetores da Inspetoria de Higiene também publicavam notas chamando atenção dos contratantes sobre determinados serviços. Em julho de 1914, por exemplo, o *A Republica* informou que o inspetor Calistrato Carrilho enviou ofício ao contratante de limpeza pública da capital, Manoel Clementino de Medeiros, solicitando que o mesmo providenciasse a limpeza da região próxima ao Matadouro Publico, “onde o matto cresceu em abundancia, escondendo toda a sorte de materias ofensivas á saúde publica, que indivíduos inescrupulosos alli fazem deposito, tornando, assim, difícil transito pelas immediações daquele local, de onde se desprende insuportável cheiro”⁸³. É possível observar como a Inspetoria possuía autonomia para cobrar os contratantes.

Algumas matérias publicadas demonstravam que os natalenses também escreviam solicitando visitas da Inspetoria de Higiene em residências consideradas insalubres. Em setembro de 1902, moradores da Rua da Conceição, na Cidade Alta, pediram a Inspetoria para verificar um chiqueiro de suíno existente no quintal da casa n.12. A sujeira do quintal estaria

provocando, segundo a denúncia, casos de “febre palustre” em moradores da rua⁸⁴. Em abril de 1905, o jornal publicou uma denúncia que fazia referência à residência da família do major Joaquim Guilherme, na Travessa Ulysses Caldas, bairro Cidade Alta. A denúncia destacava a presença de roupas velhas e lixo acumulado no muro da referida habitação, que pertenceriam a um varioloso recentemente falecido. O texto da denúncia era enfático: “até o colchão da própria cama, onde se deu o óbito, estava exposto ao tempo”⁸⁵.

Observa-se a preciosidade dos denunciantes, que indicavam a numeração das residências “suspeitas”. A Inspetoria de Higiene não apenas publicava editais solicitando que os proprietários adequassem suas residências às condições de higiene pública, como também de fato procedia à verificação. Várias visitas da Inspetoria foram divulgadas no periódico oficial, assim como as listas citando os nomes dos proprietários e reparos que deveriam ser implementados nos prédios condenados pelo órgão estadual. Em abril de 1902, as visitas domiciliares receberam o apoio da Polícia, em virtude do reduzido número de médicos na capital⁸⁶. Após as visitas, o periódico *A Republica* publicou uma lista com nomes de proprietários que necessitavam fazer reparos em suas residências ou quintais:

[...] (Rua Senador Guerra)

-A casa de residencia de José Magro está muito suja, tendo o quintal, porem, regularmente limpo.

-O prédio do Sebastião Botelho está tão sujo e em tão más condições hygienicas que, parece à comissão, não deve ser habitado.

(Rua da Tamarineira)

-Na casa de residencia de José Adriano, encontrou-se fato de boi estendido em cordas e exalando grande fétido, que se estende ás casas próximas. De uma vizinha ouviu a comissão ser insuportável a fedentina [...].

-Os quintaes das casas de Francisco Pereira do Nascimento e de Josepha Maria da Conceição estão regularmente limpos; porém em ambos foram vistos porcos amarrados por meio de cordas, prometendo os ditos moradores retiral-os sem demora. [...] ⁸⁷.

Como pode ser constatado no texto transcrito, a Inspetoria de Higiene destacava a rua e o nome do proprietário da residência examinada, ressaltando os problemas encontrados. Possivelmente, os inspetores, ao divulgarem os nomes completos dos proprietários no jornal de maior alcance na capital, associando-os às negligências que diziam respeito à salubridade da cidade, tencionavam constrange-los a reparar os problemas listados. Como destacado, os inspetores da Inspetoria e os fiscais da Intendência deveriam contribuir para o processo de modernização da capital, que era vinculado à ideia de uma cidade sã, salubre, higiênica, asseada. A referência direta aos proprietários também pode ser indicativo da deficiência de

um sistema de referência mais preciso para identificar as habitações que deveriam ser reparadas.

Várias listas como a transcrita foram publicadas ao longo das primeiras décadas do século XX. A forma direta e os adjetivos expressivos empregados para caracterizar os problemas sanitários das habitações visitadas foi motivo de reclamações, como a de Manuel Balbino, que teve seu estabelecimento citado em uma dessas listas seguido do adjetivo “imundo”⁸⁸. Insatisfeito com a forma como seu estabelecimento foi caracterizado na lista das visitas domiciliares, Balbino escreveu uma reclamação que foi publicada no jornal *Gazeta*⁸⁹. Para amenizar a repercussão negativa das listas publicadas na imprensa oficial, os redatores da *Gazeta* sugeriram que, no lugar dos nomes dos proprietários, fosse mencionada a numeração das habitações. Todavia, as autoridades policiais que auxiliavam nas visitas ressaltaram que essa sugestão não seria praticável, uma vez que a maior parte das casas mencionadas nas listas não possuía numeração⁹⁰.

No ano de 1903 as listas citando os nomes dos proprietários inadimplentes continuaram sendo publicadas na imprensa oficial, porém passaram a ser assinadas por membros da Inspetoria de Higiene e a estipular prazos para que os ajustes, como limpeza e desinfecções de quintais e latrinas, fossem realizados⁹¹. Em 1904, é possível observar como a administração deu prosseguimento à numeração das residências, conforme demonstrou a matéria publicada em setembro desse ano. A Intendência já tinha providenciado a numeração dos prédios da Rua do Comércio, na Ribeira, e continuava agilizando o processo⁹². Possivelmente, diante da reclamação dos moradores, do crescimento populacional e da ampliação da modernização da capital, fazia-se necessário difundir o processo de racionalização do espaço urbano. Uma cidade que se pretendia modernizada não poderia ter como identificação das habitações os nomes de seus proprietários, sobretudo em listas oficiais como as publicadas após as visitas da Inspetoria.

Todavia, mesmo com o processo de numeração das habitações, as listas da Inspetoria destacando os nomes dos proprietários continuaram sendo publicadas. No entanto, a Inspetoria modificou a estratégia empregada, ressaltando principalmente os nomes e a localização das propriedades dos indivíduos que possuíam habitações em condições de serem habitadas e não mais listando apenas os problemas dos prédios e os proprietários inadimplentes. Em 1909, a Inspetoria informava que, após a visita domiciliária, o prédio de Vicente Menino, situado à Rua do Campo Santo, no bairro Cidade Alta, estava em condições de ser habitado⁹³. Em 1910, tem-se várias notificações publicadas na sessão *Varias*

ressaltando os prédios, e os nomes de seus proprietários, que estavam aptos para a habitação, sobretudo por terem passado “pelas necessárias beneficiações”⁹⁴. Em janeiro de 1911, o *A Republica* destacou que o prédio número 11 da Rua 15 de Novembro, de propriedade de Maria Mendes da Costa, e o número 3 da Rua Ferreira Chaves, de propriedade de Fortunato Arauba estavam “em condições de ser habitados em vista de terem passado pelas necessárias beneficiações”⁹⁵.

Também em 1914, e ao longo de toda a década de 1910, é possível verificar como a estratégia de mencionar no jornal principalmente as habitações que respeitavam as condições higiênicas permanecia⁹⁶. Em julho desse ano, o *A Republica* destacava que após visita domiciliar em um prédio de propriedade de Maria Guilhermina, situado na Rua Paula Barros, considerava-se o mesmo propício à habitação por já ter passado por todas as mudanças indicadas⁹⁷. Contudo, algumas notas também destacavam prédios que não passaram pela aprovação da fiscalização. Em julho de 1914, o prédio localizado na Rua 7 de Setembro, de propriedade de Joaquim Coêlho foi condenado “afim de passar pelas necessárias beneficiações para poder ser habitado”⁹⁸. Pode-se constatar como a linguagem utilizada para destacar até mesmo os prédios condenados pela fiscalização sanitária era mais sutil do que a do início da década de 1900. Em nota de setembro de 1914, é possível observar que dois prédios de José Calistrato Carrilho, um localizado na Avenida Rio Branco e outro na Rua 13 de Maio, foram condenados pela polícia sanitária. As nota do jornal da situação destacaram que os referidos prédios precisavam passar por beneficiações para serem habitados⁹⁹. Nota-se como o próprio inspetor geral da Inspetoria de Higiene e Assistência Pública do estado era condenado pelo referido órgão¹⁰⁰, o que pode indicar ainda como a atuação da Inspetoria convivia com as resistências dos natalenses, até mesmo a do inspetor geral do referido órgão.

A publicação de reclamações a respeito de serviços urbanos ou solicitando a atuação de fiscais da Intendência ou de membros da Inspetoria de Higiene no jornal oficial do governo pode ser um indicativo que reforça a ideia de que o periódico *A Republica* não era consensual, não representando apenas a voz única daqueles que participavam direta ou indiretamente da rede de parentela que dominava o poder local. É necessário ressaltar que apesar de ter sido criado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e contar com uma equipe editorial ligada diretamente aos Albuquerque Maranhão, família que dominou o poder local no início do século XX, um jornal não pode ser analisado como único, como consensual, pois é feito por intermédio de várias mãos, perpassando interesses diversos¹⁰¹.

O *A Republica*, até para reforçar a sua legitimidade, também se colocava como um intermediário entre a gestão municipal e estadual e a população, por isso a publicação de sessões abertas para reclamações a respeito de algum aspecto da gestão. O periódico também tinha a preocupação em publicar matérias parabenizando a atuação de membros vinculados à administração no cumprimento de ações para sanar ou melhorar os alvos das reclamações publicadas. Muito possivelmente poderia ser uma estratégia do jornal para mostrar como o seu papel denunciando determinados problemas foi bem executado, possuiu um desfecho favorável com a amenização ou solução do problema¹⁰².

A publicação constante de matérias no *A Republica* ressaltando os problemas dos serviços urbanos de Natal foi até mesmo tema de uma nota do *Diário do Natal*. O *Diário* foi criado com essa denominação em 1895 por Elias A. Ferreira Souto e fazia oposição ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Esse periódico permaneceu em circulação até o ano de 1913. Alberto Maranhão, que governou o estado ao longo de dois mandatos, era referenciado no jornal da situação como um verdadeiro mecenas, aquele capaz de transformar o estado em seus mais diversos setores. O *Diário* utilizou o referido adjetivo para, em outubro de 1910, criticar os vínculos estreitos entre o então governador e os contratantes de serviços de iluminação e limpeza¹⁰³. Segundo o periódico oposicionista, todos sabiam que o referido Mecenas não precisava “cavaquear pela imprensa para chamar a ordem o seu povo”¹⁰⁴, uma vez que, acusava Neto, ele tinha relação com todos os contratantes, bastando ordenar aos envolvidos e eles, como “bons sócios e interessados nos negócios da fazenda ouvirão sem mais emenda do Mecenas os mandados”¹⁰⁵.

O *Diário* destacava que não havia necessidade do jornal *A Republica*, que representava o governo oficial, publicar constantemente críticas ao desempenho dos serviços listados, já que o governador possuía relação com os contratantes e estes, por sua vez, estavam prontos para obedecer qualquer ordem direta do governador, não necessitando, assim, de reclamações sutis e indiretas via órgão oficial. Sendo assim, o jornal da oposição sugeria que as reclamações do *A Republica* eram apenas para encobrir as relações próximas entre contratantes e administradores, não teriam, pois, a pretensão de ser a expressão de reivindicações da população.

Em se tratando da questão da limpeza pública, o *Diário* também veiculou várias notas ressaltando as deficiências nesse setor. Em 1908, o jornal oposicionista mencionou pontos da cidade em que se tinha acúmulo de lixo e lama, entre eles chamava-se atenção para “um lamaçal pavoroso”¹⁰⁶ em frente ao portão da Intendência Municipal. Em fevereiro do mesmo

ano, o *Diário*, ao se referir sobre os planos da administração pública de criar um hospital no bairro Cidade Nova, ressaltou que “a senhora hygiene tem dessas phantasias: poetisa o sopro inspirador de uma brisa estival estudando o ar puríssimo dos hospitais imaginários lá pelos morros, enquanto apodrece nas enlameadas e sujas ruas da imunda Natal”¹⁰⁷.

O redatores do *Diário* constantemente caracterizavam a gestão como passiva no tocante à higiene pública, ressaltando que os planos prometidos não eram colocados em prática, eram somente “para inglês ver”¹⁰⁸. Os articulistas do periódico da oposição ressaltavam que, em outros tempos, ainda existia o que chamavam de “simulacro de limpeza pública”, uma vez que a carroça encarregada desse serviço fazia sua aparição a cada quinze dias, mas, em outubro de 1908, o lixo se acumulava nas casas dos natalenses e nas ruas da cidade, sendo um perigo à saúde pública¹⁰⁹. Mesmo em se tratando de um discurso de um periódico da oposição, é possível interpretar as constantes denúncias do *Diário* como indicativas da atuação inoperante dos governantes, seja da municipalidade ou da Inspeção de Higiene, frente ao problema da salubridade pública.

O jornal da situação também respondia as acusações da equipe do *Diário*, sobretudo as que atacavam diretamente membros da gestão. Em agosto de 1910, por exemplo, a equipe editorial do *A Republica* respondeu as críticas ácidas de Augusto Leopoldo da Câmara. Câmara responsabilizava o então presidente da Intendência, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, pelo descaso em relação à limpeza pública e pelos diversos focos de infecção existentes na cidade. O *A Republica* refutou a acusação de Câmara, destacando que responsabilizar Joaquim Moura pelos problemas de salubridade da capital norte-rio-grandense era o mesmo que “responsabilizar o Prefeito do Districto Federal pelas inundações ou pela epidemia da varíola no Rio de Janeiro”¹¹⁰.

O *A Republica* ainda afirmou que a fiscalização do interior dos muros dos natalenses não era função do presidente da Intendência nem da imprensa, e lembrava aos leitores o acordo celebrado entre a municipalidade e o governo estadual, que tornava a fiscalização dos serviços de limpeza obrigação da esfera estadual. A matéria ainda destacou que as críticas de Câmara a Joaquim Moura eram fruto de sua insatisfação pessoal, uma vez que a Intendência tinha ordenado a cobrança de impostos que o redator do *Diário* devia ao governo municipal. O periódico da situação concluía que Moura não merecia as acusações constantes de Câmara, e era um homem dedicado à causa pública, que auxiliou o governo municipal e estadual em uma série de melhoramentos que “transformaram a nossa capital, dando-lhe o aspecto de cidade moderna”¹¹¹.

É possível observar como o jornal da situação, ao refutar as acusações de Câmara, destaca que muitos dos problemas de salubridade pública teriam causas naturais, como as inundações e epidemias que atingiam a então capital federal. Os articulistas do *A Republica* também responsabilizavam a esfera estadual para defender a integridade do então presidente da Intendência. Nota-se como a questão da indefinição a respeito de que instância deveria regulamentar a salubridade pública persistia na década de 1910.

Considerações finais:

As várias notas denunciando irregularidades e reclamações sobre os serviços urbanos existentes em Natal demonstraram a confusão dos natalenses em relação a que instância recorrer para regularizar tais serviços. A interferência do poder estadual no municipal pode ajudar a compreender essa confusão. Também foi possível verificar como o jornal oficial do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte tentava atuar enquanto um elo entre população e administração. Eduardo Silva destacou, em trabalho sobre as queixas de populares publicadas em um periódico do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, que apesar de várias reclamações sobre problemas nos serviços urbanos existentes na então capital não serem dirigidas de forma direta ao governo, indiretamente era possível perceber críticas dos populares reclamantes contra os que administravam o poder público, já que os serviços, mesmo quando prestados por empresas particulares, eram concessões diretas do governo¹¹².

Em Natal, o mesmo quadro pode ser observado. Apesar de vários serviços estarem a cargo de empresas privadas, os natalenses que escreviam para as colunas do *Diário* e, sobretudo do *A Republica*, chamavam constantemente a atenção de fiscais da Intendência, de funcionários da Inspeção e do próprio presidente do governo municipal, alegando que apesar da responsabilidade pela limpeza urbana ou abastecimento de água e luz elétrica estarem a cargo da iniciativa privada, cabia ao poder público, que permitiu a concessão, fiscalizar o processo, cobrando dos contratantes quando os serviços estivessem interrompidos ou com problemas.

Como foi analisado ao longo deste artigo, a modernização da capital do Rio Grande do Norte não deveria incluir apenas a abertura de praças e avenidas, a construção de prédios com fachadas de inspiração cosmopolita, a ampliação do sistema de transporte, entre várias outras transformações materiais. O processo de modernização também implicava em transformações sociais e de percepção. Era preciso modificar os costumes dos natalenses, transformar

também cheiros e sentidos. Foi nesse sentido que o discurso médico passou a ser apropriado pelos órgãos estaduais e municipais empenhados na remodelação da urbe natalense, e na atuação de órgãos como a Inspetoria de Higiene. Contudo, tanto o poder municipal quanto o poder estadual tiveram uma atuação limitada na questão da salubridade pública, uma vez que as reclamações referentes ao acúmulo de lixo nas ruas, ao odor fétido emanado em vários pontos da capital, bem como as várias notas destacando prédios inapropriados para habitação, revelam as limitações da atuação de órgãos como a Inspetoria de Higiene Pública.

Essas denúncias veiculadas pelos dois periódicos de maior expressão em Natal no período analisado também indicam como determinada parcela da população já tinha internalizado o discurso sanitarista, por isso enviava reclamações sobretudo ao órgão oficial do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Além de mostrar a difusão do discurso sanitarista e anunciar a inoperância do governo local nas questões de salubridade pública, as constantes reclamações também sugerem a manutenção de costumes considerados ultrapassados para uma capital em processo de remodelação urbana. Se as denúncias eram constantes, também constantes eram os descumprimentos das normas estabelecidas por esse governo, constantes eram as ações que desafiavam o processo de limpeza de odores.

Notas

¹ ARRAIS, Raimundo; SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Viver na cidade: algumas possibilidades de estudo histórico das formas de sociabilidade urbana na cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo (Org.). *Reflexão sobre história local e produção de material didático*. Natal: Editora da UFRN, 2015. p.257.

² Sobre a reforma no Rio de Janeiro implantada por Pereira Passos, ver: BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano I - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A (coord.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

³ BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 12.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. Op. cit., p. 522.

⁵ O jornal *A Republica* pulicou diversas notas ao longo das duas primeiras décadas do século XX listando os membros dos grupos dominantes que se deslocavam da capital para cursar Direito na capital pernambucana, bem como noticiando a formatura no referido curso. São exemplos dessas notas: A REPUBLICA, Natal, 27 mar. 1901; DR. LUIZ Lyra. *A Republica*, Natal, 22 dez. 1902; DR. ANTONIO Soares. *A Republica*, Natal, 22 dez. 1902; A REPUBLICA, Natal, 29 ago. 1903; A REPUBLICA, Natal, 04 maio 1905; DR. ALFREDO Fernandes. *A Republica*, Natal, 01 dez. 1905; DR. JOSÉ Augusto. Natal, *A Republica*, Natal, 07 dez. 1905; entre várias outras.

⁶ A REPUBLICA, Natal, 20 jul. 1905.

⁷ Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*. Natal: Editora da UFRN, 2008. Várias matérias desse tipo foram publicadas no periódico oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em dezembro de 1902, Luiz Lyra concluiu seus estudos em Direito na faculdade de Recife; Antonio Soares também concluiu

na mesma data sua formação pela Faculdade de Direito do Recife; em maio de 1905 Augusto Severo Filho, Silvino Bezerra Netto e Felix Bezerra se dirigiram para Recife para ingressar na Faculdade de Direito; Solon Galvão concluiu em 1911 o seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; entre outros. Ver: DR. LUIZ Lyra. *A Republica*, Natal, 22 dez. 1902; DR. ANTONIO Soares. *A Republica*, Natal, 22 dez. 1902; A REPUBLICA, 04 maio 1905; VARIAS. *A Republica*, Natal, 05 jan. 1911;

⁸ O DR. Affonso Pena no Rio Grande do Norte. *A Republica*, Natal, 20 jun. 1906.

⁹ ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et Ambula: A construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940). Natal: Editora da UFRN, 2006. p.123.

¹⁰ Idem.

¹¹ ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: Editora da UFRN, 2008. p.11.

¹² GOVERNO municipal. Relatório. *A Republica*, Natal, 14 jan. 1905.

¹³ SOLICITADAS: é verdade. *A Republica*, Natal, 24 abr. 1905.

¹⁴ PARA liquidar. *A Republica*, Natal, 16 jun. 1905.

¹⁵ FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850-1969*. Natal: IAB/RN; CREA/RN, 2008. p.54.

¹⁶ Ibidem, p.58.

¹⁷ Ibidem, p.54. Disposições previstas na Lei n.24, de 22 de maio de 1893.

¹⁸ SILVA, Rodrigo Otávio da. *Sair curado para a vida e para o bem: diagramas, linhas e dispersão de forças no complexus nosoespacial do Hospital de Caridade Juvino Barreto (1909-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012. p.65-66.

¹⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p.22.

²⁰ FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Op. cit., p.220.

²¹ FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela*. Op. cit., p.40.

²² Para aprofundar as mudanças que ocorreram na saúde pública com o advento do regime republicano, ver: SILVA, Rodrigo Otávio da. *Sair curado para a vida e para o bem*. Op. cit.

²³ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Op. cit., p.219.

²⁴ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p.214.

²⁵ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.40.

²⁶ FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela*. Op. cit., p.39.

²⁷ FERREIRA, Angela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et Ambula: A construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940). Op. cit., p.237.

²⁸ Eram também funções da Inspetoria: estudar as questões que envolvessem a higiene pública do estado; organizar, dirigir e distribuir os socorros de assistência pública em épocas de epidemia; dirigir e propagar o serviço de vacinação contra a varíola, a hidrofobia e a febre amarela; indicar melhoramentos sanitários; fiscalizar o exercício da medicina e da farmácia; entre outras funções descritas em sua lei de criação. Ver: FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela*. Op. cit.,

²⁹ FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela*. Op. cit., p.54.

³⁰ RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem apresentada pelo governador Joaquim Ferreira Chaves (1896). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u715/>>. Acesso em: 03 jan. 2017. p.1-4.

³¹ RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão (1901). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u720/>>. Acesso em: 03 jan. 2017. p.14.

³² Idem.

³³ ALVES, Ildgarde Elouise. Pela higiene dos corpos e da cidade: o quadro médico-sanitarista da cidade de Natal na última década do século XIX. In: XIX SEMANA DE HUMANIDADES. Anais da XIX Semana de Humanidades. Natal: Editora da UFRN, 2011. p.5-6.

³⁴ CASCU DO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: Editora da UFRN, 2010. p.257.

³⁵ EDITAL. *A Republica*, Natal, 07 maio 1901.

³⁶ EDITAL. *A Republica*, Natal, 14 maio 1901.

³⁷ INSPECTORIA de Hygiene. *A Republica*, Natal, 20 jun. 1908.

³⁸ EDITAES. *A Republica*, Natal, 05 ago. 1903; INSPECTORIA de Hygiene Publica do Rio Grande do Norte. *A Republica*, Natal, 05 jun. 1908.

- ³⁹ INSPECTORIA de Hygiene Publica do Rio Grande do Norte. *A Republica*, Natal, 25 jul. 1904.
- ⁴⁰ Conforme destacado no artigo 34 do Decreto n.53 de 2 de agosto de 1895; também ressaltando no artigo 34 da Lei n. 108 de 28 de julho de 1898. Ver: RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n.53, de 02 de agosto de 1895. *Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (1891-1895)*. Natal: Typographia do *A Republica*, 1896; RIO GRANDE DO NORTE. Lei n. 108 de 28 de julho de 1898. *Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (1898)*. Natal: Typographia do *A Republica*, 1899.
- ⁴¹ Conforme artigo 40 da Resolução n.92. Ver: A REPUBLICA, Natal, 14 maio-14 jun. 1904.
- ⁴² RIO GRANDE DO NORTE. Lei n. 291 de 24 de novembro de 1910. *Actos Legislativos e Decretos do governo (1910)*. Natal: Typographia do *A Republica*, 1911.
- ⁴³ Conforme pode ser observado na Resolução n. 136, na qual ficava determinado que a Intendência deveria auxiliar o governo estadual com a contribuição anual de 25.000 réis, pagos trimestralmente ao Tesouro e arrecadado por meio dos impostos municipais. Ver: A REPUBLICA, Natal, 04 fev. - 9 fev. 1910.
- ⁴⁴ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal 1889/1913*. Natal: Editora da UFRN, 1999. p.70.
- ⁴⁵ SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!:* o papel da Intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012. p.24.
- ⁴⁶ INDECENCIA. *A Republica*, Natal. 11 maio 1900.
- ⁴⁷ Idem.
- ⁴⁸ COM o fiscal. *A Republica*, Natal, 05 jun. 1900.
- ⁴⁹ Idem.
- ⁵⁰ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 20 jun. 1900.
- ⁵¹ EMPRESA d'agua. *A Republica*, Natal, 20 jan. 1901.
- ⁵² ESCREVEM-NOS. *A Republica*, Natal, 18 maio 1901.
- ⁵³ Idem.
- ⁵⁴ MUITO bem. *A Republica*, Natal, 2 jun. 1900.
- ⁵⁵ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 6 jun. 1900; LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 12 jan. 1900;
- ⁵⁶ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 28 abr. 1901.
- ⁵⁷ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 14 jan. 1902.
- ⁵⁸ LIXO. *A Republica*, Natal, 25 jun. 1902.
- ⁵⁹ ESCREVEM-NOS. *A Republica*, Natal, 15 out. 1903.
- ⁶⁰ COM O fiscal. *A Republica*, Natal, 5 out. 1906.
- ⁶¹ Idem.
- ⁶² ESCREVEM-NOS. *A Republica*, Natal, 23 jul. 1903.
- ⁶³ CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ⁶⁴ Ibidem, p. 294.
- ⁶⁵ Idem.
- ⁶⁶ FEIJÃO podre. *A Republica*, Natal, 15 out. 1907.
- ⁶⁷ A quase totalidade das denúncias a respeito de acúmulo de lixo e formação de lamaçais pela cidade mencionava o odor fétido que a situação denunciada provocava nos moradores e nos transeuntes.
- ⁶⁸ RECLAMAÇÕES. *A Republica*, Natal, 9 mar. 1908.
- ⁶⁹ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 7 maio 1909.
- ⁷⁰ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 15 jan. 1902. Também foram publicadas várias reclamações da população cobrando uma atuação mais direta da Intendência em relação à fiscalização dos contratos de serviços como o de limpeza pública, e, em especial, ao contrato celebrado com Lustosa, ver: O LIXO. *A Republica*, Natal, 1 maio 1902; A REPUBLICA, Natal, 11 jun. 1902; LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 25 ago. 1902; LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 10 set. 1902; LIXO. *A Republica*, Natal, 29 dez. 1902;
- ⁷¹ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 14 abr. 1902; NO CAES "Augusto Iyra". *A Republica*, Natal, 2 out. 1907; VARIAS. *A Republica*, Natal, 23 mar. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 28 abr. 1910;
- ⁷² Tais como: MERCADO publico. *A Republica*, Natal, 25 abr. 1904; PELA hygiene. *A Republica*, Natal, 24 ago. 1908; LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 24 jan. 1902; O LIXO. *A Republica*, Natal, 07 abr. 1902; A REPUBLICA, Natal, 09 abr. 1902; LIXO. *A Republica*, Natal, 07 maio 1902; ABSURDO. *A Republica*, Natal, 09 jul. 1902; LIXO. *A Republica*, Natal, 05 ago. 1902; LIXO. *A Republica*, Natal, 10 dez. 1903; LIXO. *A Republica*, Natal, 31 out. 1904; COM o fiscal. *A Republica*, Natal, 23 maio 1905; QUEIXAS do povo. *A Republica*, Natal, 30 set. 1908; VARIAS. *A Republica*, Natal, 28 set. 1909; VARIAS. *A Republica*, Natal, 25 jan. 1910.

- ⁷³ Tem-se epidemias de bexigas, cataporas, beribéri entre 1883-1893, de tuberculose entre 1894 e 1900, e varíola, em 1896. Ver: FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela*. Op. cit., p.50.
- ⁷⁴ Peste essa noticiada em várias notas do *A Republica*. Em abril do mesmo ano, para auxiliar o custeio das despesas com o serviço de higiene e defesa sanitária, visando impedir que a peste bubônica disseminada em Pernambuco chegasse à capital, o governo estadual aprovou um crédito de cinco contos de réis, ver: LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 09 abr. 1902; LEI n.177 de 2 de setembro de 1902. *A Republica*, Natal, 05 set. 1902.
- ⁷⁵ OBSERVAÇÃO sanitária. *A Republica*, Natal, 30 abr. 1902.
- ⁷⁶ LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 10 abr. 1902.
- ⁷⁷ Idem.
- ⁷⁸ PESAVENTO. Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998. p.70.
- ⁷⁹ A REPUBLICA, Natal, 14 maio-14 jun. 1904.
- ⁸⁰ Idem.
- ⁸¹ A REPUBLICA, Natal, 29 ago. 1907.
- ⁸² A REPUBLICA, Natal, 15 out. 1914.
- ⁸³ A REPUBLICA, Natal, 22 jul. 1914.
- ⁸⁴ ESCREVEM-NOS. *A Republica*, Natal, 12 set. 1902.
- ⁸⁵ UM ABSURDO. *A Republica*, Natal, 27 abr. 1905.
- ⁸⁶ Conforme expresso na seguinte matéria: A REPUBLICA, Natal, 16 abr. 1902.
- ⁸⁷ VISITAS domiciliares. *A Republica*, 30 abr. 1902.
- ⁸⁸ VISITAS domiciliares. *A Republica*, Natal, 24 abr. 1902.
- ⁸⁹ Não se teve acesso a esse periódico. Contudo, no dia 26 de abril de 1902, o delegado de polícia Joaquim Camara, e o subdelegado Addonso Silva, rebateram a crítica de Balbino, citando a denúncia feita via *Gazeta*. Ver: SOLICITADAS. *A Republica*, Natal, 26 abr. 1902.
- ⁹⁰ VISITAS domiciliares. *A Republica*, Natal, 02 maio 1902.
- ⁹¹ EDITAES. *A Republica*, Natal, 24 ago. 1903;
- ⁹² NUMERAÇÃO das casas. *A Republica*, Natal, 20 set. 1904.
- ⁹³ VARIAS. *A Republica*, Natal, 12 jan. 1909.
- ⁹⁴ VARIAS. *A Republica*, Natal, 27 out. 1910. Tem-se várias matérias no referido ano: VARIAS. *A Republica*, Natal, 04 nov. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 18 nov. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 21 nov. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 23 nov. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 25 nov. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 03 dez. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 16 dez. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 03 dez. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 25 dez. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 28 dez. 1910; VARIAS. *A Republica*, Natal, 30 dez. 1910; entre outras.
- ⁹⁵ VARIAS. *A Republica*, Natal, 12 jan. 1911.
- ⁹⁶ Como indicam as seguintes matérias: VARIAS. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1911; VARIAS. *A Republica*, Natal, 21 jan. 1911; VARIAS. *A Republica*, Natal, 04 abr. 1911; A REPUBLICA, Natal, 16 jul. 1914; entre outras.
- ⁹⁷ A REPUBLICA, Natal, 15 jul.
- ⁹⁸ A REPUBLICA, Natal, 18 jul. 1914.
- ⁹⁹ A REPUBLICA, Natal, 01 set. 1914; A REPUBLICA, Natal, 08 maio 1914.
- ¹⁰⁰ O nome de José Calistrato Carrilho de Vasconcellos aparece como inspetor em editais e notas oficiais do referido órgão, ver: INSPECTORIA de Hygiene. *A Republica*, Natal, 15 mar. 1909; A REPUBLICA, Natal, 27 maio 1909; EDITAES. Inspectoria de Hygiene. *A Republica*, Natal, 03 nov. 1914.
- ¹⁰¹ Para refletir sobre o uso dos jornais como fonte histórica e como avaliar a vinculação entre conteúdo veiculado e equipe editorial, ver: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008; NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.
- ¹⁰² São exemplos de matérias que atestam a resolução de questões denunciadas no jornal, sobretudo como denúncias enviadas por moradores: MUITO BEM. *A Republica*, Natal, 02 jun. 1900; LIMPEZA publica. *A Republica*, Natal, 03 maio 1901; A REPUBLICA, Natal, 20 jul. 1914.
- ¹⁰³ Até o presente momento não foi identificado o nome do autor que utilizava tal pseudônimo.
- ¹⁰⁴ NETO. De meu canto. *Diário do Natal*, Natal, 01 out. 1910.
- ¹⁰⁵ Idem.
- ¹⁰⁶ NETO. De meu canto. *Diário do Natal*, Natal, 3 jan. 1908.
- ¹⁰⁷ LIBORIO. Piadas... *Diário do Natal*, Natal, 08 fev. 1908.
- ¹⁰⁸ LIXO a rolo. *Diário do Natal*, Natal, 10 out. 1908.

¹⁰⁹ LIMPEZA publica. *Diário do Natal*, Natal, 15 out. 1908.

¹¹⁰ DEVE continuar. *A Republica*, Natal, 12 ago. 1910.

¹¹¹ Idem.

¹¹² SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 20.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Ildegarde Elouise. Pela higiene dos corpos e da cidade: o quadro médico-sanitarista da cidade de Natal na última década do século XIX. In: XIX SEMANA DE HUMANIDADES. Anais da XIX Semana de Humanidades. Natal: Editora da UFRN, 2011.
- ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: Editora da UFRN, 2008.
- ARRAIS, Raimundo. Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911. Natal: Editora da UFRN, 1998.
- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano I- O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASCUDO, Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: Editora da UFRN, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (orgs.). *Surge et Ambula: A construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: Editora da UFRN, 2006.
- FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850-1969*. Natal: IAB/RN; CREA/RN, 2008.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.
- OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal 1889/1913*. Natal: Editora da UFRN, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!:* o papel da Intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação (Mestrado em

História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A (coord.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Rodrigo Otávio da. *Sair curado para a vida e para o bem: diagrama, linhas e dispersão de força no complexus nosoespacial do Hospital de Caridade Juvino Barreto (1909-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012.